



# REVISÃO DE VÉSPERA – CONCURSO PROCURADOR MARANHÃO

## Direito Penal – Prof. Renan Araújo

### CONCEITO DE CRIME

- **Formal (legal)** – Crime é a conduta prevista em Lei como crime. No Brasil, mais especificamente, é toda infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou detenção
- **Material** – Crime é a conduta que afeta, de maneira significativa (mediante lesão ou exposição a perigo), um bem jurídico relevante de terceira pessoa.
- **Analítico** – Adoção da teoria tripartida. Crime é composto por fato típico, ilicitude e culpabilidade.

### FATO TÍPICO E SEUS ELEMENTOS

#### Elementos

- **Conduta humana (alguns entendem possível a conduta de pessoa jurídica)** – Adoção da teoria FINALISTA: conduta humana é a ação ou omissão **voluntária** dirigida a uma determinada finalidade.
- **Resultado naturalístico** – É a modificação do mundo real provocada pela conduta do agente. Apenas nos crimes materiais se exige um resultado naturalístico. Nos crimes formais e de mera conduta não há essa exigência. Além do resultado naturalístico (que nem sempre estará presente), **há também o resultado jurídico (ou normativo)**, que é a lesão ao bem jurídico tutelado pela norma penal. **Esse resultado sempre estará presente.**
- **Nexo de causalidade** – Nexo entre a conduta do agente e o resultado. Adoção, pelo CP, da **teoria da equivalência dos antecedentes** (considera-se causa do crime toda conduta sem a qual o resultado não teria ocorrido). Utilização do elemento subjetivo (dolo ou culpa) como filtro, para evirar a “regressão infinita”. Adoção, subsidiariamente, da teoria da **causalidade adequada**, na hipótese de superveniência de causa relativamente independente que produz, por si só, o resultado. **OBS.:** **Teoria da imputação objetiva** não foi expressamente adotada pelo CP, mas há decisões jurisprudenciais aplicando a Teoria.
- **Tipicidade** – É a adequação da conduta do agente à conduta descrita pela norma penal incriminadora (tipicidade formal). A tipicidade material é o desdobramento do conceito material de crime: só haverá tipicidade material quando houver lesão (ou exposição a perigo) significativa a bem jurídico relevante de terceiro (afasta-se a tipicidade material, por exemplo, quando se reconhece o princípio da insignificância). **OBS.:** **Adequação típica mediata:** Nem sempre a conduta praticada pelo agente se amolda perfeitamente ao tipo penal (**adequação imediata**). Às vezes é



**necessário que se proceda à conjugação de outro dispositivo da Lei Penal** para se chegar à conclusão de que um fato é típico (adequação mediata). Ex.: homicídio tentado (art. 121 + art. 14, II do CP).

## **CRIME DOLOSO E CRIME CULPOSO**

### **Crime doloso**

**Dolo direto de primeiro grau** - composto pela consciência de que a conduta pode lesar um bem jurídico + a vontade de violar (pela lesão ou exposição a perigo) este bem jurídico.

**Dolo direto de segundo grau** - também chamado de "**dolo de consequências necessárias**". O agente não quer o resultado, mas sabe que o resultado é um **efeito colateral NECESSÁRIO**, e pratica a conduta assim mesmo, sabendo que o resultado (não querido) ocorrerá fatalmente.

**Dolo eventual** - consiste na consciência de que a conduta **pode gerar** um resultado criminoso + a assunção desse risco, mesmo diante da probabilidade de algo dar errado. Trata-se de hipótese na qual o agente não tem vontade de produzir o resultado criminoso, mas, analisando as circunstâncias, sabe que este resultado **pode ocorrer** e não se importa, age da mesma maneira. **OBS.:** diferença em relação ao dolo direto de segundo grau: aqui o resultado não querido é POSSÍVEL OU PROVÁVEL; no dolo direto de segundo grau o resultado não querido é CERTO (consequência necessária).

### **Modalidades especiais de dolo**

- **Dolo genérico** - É, basicamente, a vontade de praticar a conduta descrita no tipo penal, sem nenhuma outra finalidade.
- **Dolo específico, ou especial fim de agir** - Em contraposição ao dolo genérico, nesse caso o agente não quer somente praticar a conduta típica, mas o faz por alguma razão especial, com alguma finalidade específica.
- **Dolo geral, por erro sucessivo, ou aberratio causae** - Ocorre quando o agente, acreditando ter alcançado seu objetivo, pratica nova conduta, com finalidade diversa, mas depois se constata que esta última foi a que efetivamente causou o resultado. Trata-se de erro na relação de causalidade, pois embora o agente tenha conseguido alcançar a finalidade proposta, somente o alcançou através de outro meio, que não tinha direcionado para isso.
- **Dolo antecedente, atual e subsequente** - O dolo antecedente é o que se dá antes do início da execução da conduta. O dolo atual é o que está presente enquanto o agente se mantém exercendo a conduta, e o dolo subsequente ocorre quando o agente, embora tendo iniciado a conduta com uma finalidade lícita, altera seu ânimo, passando a agir de forma ilícita.

### **Crime culposos**



No crime culposo a conduta do agente é destinada a um determinado fim (que pode ser lícito ou não), mas pela **violação a um dever de cuidado**, o agente acaba por lesar um bem jurídico de terceiro, cometendo crime culposo. Pode se dar por:

- **Negligência** – O agente deixa de tomar todas as cautelas necessárias para que sua conduta não venha a lesar o bem jurídico de terceiro.
- **Imprudência** – É o caso do afoito, daquele que pratica atos temerários, que não se coadunam com a prudência que se deve ter na vida em sociedade.
- **Imperícia** – Decorre do desconhecimento de uma regra técnica profissional para a prática da conduta.

O crime culposo é composto de:

- **Uma conduta voluntária**
- **A violação a um dever objetivo de cuidado**
- **Um resultado naturalístico involuntário** – O resultado produzido não foi querido pelo agente (**salvo na culpa imprópria**).
- **Nexo causal**
- **Tipicidade** – Adoção da excepcionalidade do crime culposo. Só haverá punição a título de culpa se houver expressa previsão legal nesse sentido.
- **Previsibilidade objetiva** - O resultado ocorrido deve ser previsível mediante um esforço intelectual razoável. É chamada previsibilidade do "homem médio".

### Modalidades de culpa

- **Culpa consciente e inconsciente** – Na **culpa consciente**, o **agente prevê** o resultado como possível, mas acredita que este não irá ocorrer (previsibilidade SUBJETIVA). Na **culpa inconsciente**, o **agente não prevê** que o resultado possa ocorrer (há apenas previsibilidade OBJETIVA, não subjetiva).
- **Culpa própria e culpa imprópria** – A **culpa própria** é aquela na qual o agente **NÃO QUER O RESULTADO** criminoso. É a culpa propriamente dita. Pode ser consciente, quando o agente prevê o resultado como possível, ou inconsciente, quando não há essa previsão. Na **culpa imprópria**, o **agente quer o resultado, mas, por erro** inescusável, acredita que o está fazendo amparado por uma causa excludente da ilicitude ou da culpabilidade. A culpa, portanto, não está na execução da conduta, mas no momento de escolher praticar a conduta.

**OBS.:** **crime preterdoloso (ou preterintencional):** O crime preterdoloso ocorre quando o agente, com vontade de praticar determinado crime (dolo), acaba por praticar crime mais grave, não com dolo, mas por culpa.

### CRIME CONSUMADO, TENTADO E IMPOSSÍVEL



**Crime consumado** – ocorre quando todos os elementos da definição legal da conduta criminosa estão presentes.

**Crime tentado** – há crime tentado quando o resultado não ocorre por circunstâncias alheias à vontade do agente. Adoção da **teoria objetiva da punibilidade da tentativa**: como regra, o agente responde pela pena do crime consumado, diminuída de um a dois terços. **EXCEÇÃO**: (1) crimes em que a mera tentativa de alcançar o resultado já consuma o delito. Ex: art. 352 do CP (Evasão mediante violência contra a pessoa); (2) outras exceções legais.

**Crime impossível (tentativa inidônea ou crime oco)** – o resultado não ocorre por ser absolutamente impossível sua ocorrência, em razão: (1) da absoluta impropriedade do objeto; ou (2) da absoluta ineficácia do meio. Adoção da **teoria objetiva da punibilidade da tentativa inidônea**: a conduta do agente não é punível.

**Desistência voluntária** - Na desistência voluntária o agente, por ato voluntário, desiste de dar sequência aos atos executórios, mesmo podendo fazê-lo. **FÓRMULA DE FRANK**: (1) Na tentativa – O agente quer, mas não pode prosseguir; (2) Na desistência voluntária – O agente pode, mas não quer prosseguir. Se o resultado não ocorre, o agente não responde pela tentativa, mas apenas pelos atos efetivamente praticados.

**Arrependimento eficaz** - Aqui o agente já praticou todos os atos executórios que queria e podia, mas após isto, se arrepende do ato e adota medidas que acabam por impedir a consumação do resultado. Se o resultado não ocorre, o agente não responde pela tentativa, mas apenas pelos atos efetivamente praticados.

**Arrependimento posterior** - Não exclui o crime, pois este já se consumou. Ocorre quando o agente repara o dano provocado ou restitui a coisa. Consequência: **diminuição de pena, de um a dois terços**. Só cabe:

- Nos crimes em que não há violência ou grave ameaça à pessoa;
- Se a reparação do dano ou restituição da coisa é anterior ao recebimento da denúncia ou queixa.

## **ILICITUDE (ANTI JURIDICIDADE)**

É a condição de contrariedade da conduta perante o Direito. Em regra, toda conduta típica é ilícita. Não o será, porém, se houver uma causa de exclusão da ilicitude. São elas:

- **Genéricas** – São aquelas que se aplicam a todo e qualquer crime. Estão previstas na parte geral do Código Penal, em seu art. 23;
- **Específicas** – São aquelas que são próprias de determinados crimes, não se aplicando a outros.

## **CAUSAS GENÉRICAS DE EXCLUSÃO DA ILICITUDE**

### **ESTADO DE NECESSIDADE**

**Conceito** – “Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar,



direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se”.

**Se bem sacrificado era de valor maior que o bem protegido** – Não há justificção. A conduta é ilícita. O agente, contudo, tem a pena diminuída de um a dois terços.

### Requisitos

- **Não ter sido criada voluntariamente pelo agente**
- **Perigo atual**
- A situação de perigo deve **estar expondo à lesão um bem jurídico do próprio agente ou de um terceiro.**
- **O agente não pode ter o dever jurídico de impedir o resultado.**
- **Bem jurídico sacrificado deve ser de valor igual ou inferior ao bem protegido**
- **Atitude necessária**

Espécies:

- **Agressivo** – Quando para salvar seu bem jurídico o agente **sacrifica bem jurídico de um terceiro** que não provocou a situação de perigo.
- **Defensivo** – Quando o agente **sacrifica um bem jurídico de quem ocasionou a situação** de perigo.
- **Real** – Quando a situação de perigo efetivamente existe.
- **Putativo** – Quando a situação de perigo não existe de fato, **apenas na imaginação do agente.**

### LEGÍTIMA DEFESA

**Conceito** – “Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem”.

**Requisitos:**

- **Agressão Injusta**
- **Atual ou iminente**
- **Contra direito próprio ou alheio**
- **Reação proporcional**

**OBS.:** Na legítima defesa, diferentemente do que ocorre no estado de necessidade, o agredido (que age em legítima defesa) **não é obrigado a fugir do agressor**, ainda que possa.

**Espécies de legítima defesa:**

- **Agressiva** – Quando o agente pratica um fato previsto como infração penal.
- **Defensiva** – O agente se limita a se defender, não atacando nenhum bem jurídico do agressor.



- **Própria** – Quando o agente defende seu próprio bem jurídico.
- **De terceiro** – Quando defende bem jurídico pertencente a outra pessoa.
- **Real** – Quando a agressão a iminência dela acontece, de fato, no mundo real.
- **Putativa** – Quando o agente pensa que está sendo agredido ou que esta agressão irá ocorrer, mas, na verdade, trata-se de **fruto da sua imaginação**.

#### **Tópicos importantes:**

- Não cabe legítima defesa real em face de legítima defesa real.
- Cabe legítima defesa real em face de legítima defesa putativa.
- Cabe legítima defesa sucessiva
- Sempre caberá legítima defesa em face de conduta que esteja acobertada apenas por causa de exclusão da culpabilidade
- NUNCA haverá possibilidade de legítima defesa real em face de qualquer causa de exclusão da ilicitude real.

#### **ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL**

**Conceito** – Ocorre quando o agente pratica fato típico, mas o faz em cumprimento a um dever previsto em lei.

#### **Observações importantes:**

- Se um terceiro colabora com aquele que age no estrito cumprimento do dever legal, a ele também se estende essa causa de exclusão da ilicitude (há comunicabilidade).
- O particular também pode agir no estrito cumprimento do dever legal.

#### **EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO**

**Conceito** – Ocorre quando o agente pratica fato típico, mas o faz no exercício de um direito seu. Dessa forma, quem age no legítimo exercício de um direito seu, não poderá estar cometendo crime, pois a ordem jurídica deve ser harmônica. **Ex.:** Lutador de vale-tudo que agride o oponente.

**Excesso punível** – Da mesma forma que nas demais hipóteses, o agente responderá pelo excesso (culposo ou doloso). O excesso, aqui, irá se verificar sempre que o agente ultrapassar os limites do direito que possui (não estará mais no exercício REGULAR de direito).

#### **CULPABILIDADE**

**CONCEITO** - Juízo de reprovabilidade acerca da conduta do agente, **considerando-se suas circunstâncias pessoais**.

**TEORIA ADOTADA PELO CP: Teoria limitada da culpabilidade**

**ELEMENTOS**



**IMPUTABILIDADE** - Capacidade mental de entender o caráter ilícito da conduta e de comportar-se conforme o Direito.

**Causas de inimizabilidade penal (exclusão da imputabilidade)**

**Menoridade penal** – São inimputáveis os menores de 18 anos (critério biológico)

**Doença mental e Desenvolvimento mental incompleto ou retardado** – Requisitos:

- Que o agente **possua a doença** (critério biológico)
- Que o agente seja **inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato OU inteiramente incapaz de determinar-se conforme este entendimento** (critério psicológico)

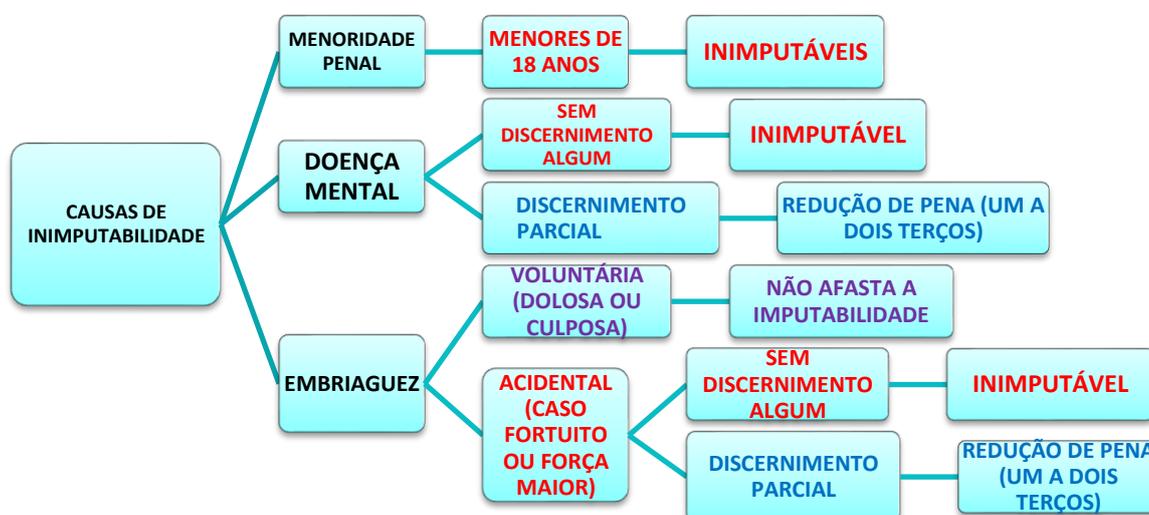
**Obs.:** Se, em decorrência da doença, o agente tinha discernimento PARCIAL (semi-imputabilidade), **NÃO É ISENTO DE PENA** (não afasta a imputabilidade). Neste caso, há redução de pena (um a dois terços).

**Embriaguez** – Requisitos:

- Que o agente **esteja completamente embriagado (critério biológico)**
- Que se trate de embriaguez decorrente de **caso fortuito ou força maior**
- Que o agente seja **inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato OU inteiramente incapaz de determinar-se conforme este entendimento** (critério psicológico)

**Obs.:** Se, em decorrência da embriaguez, o agente tinha discernimento PARCIAL (semi-imputabilidade), **NÃO É ISENTO DE PENA** (não afasta a imputabilidade). Neste caso, há redução de pena (um a dois terços).

**Esquema:**





**POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE** - Possibilidade de o agente, de acordo com suas características, conhecer o caráter ilícito do fato. Quando o agente atua acreditando que sua conduta não é penalmente ilícita, comete erro de proibição.

**EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA** - Não basta que o agente seja imputável e que tenha potencial conhecimento da ilicitude do fato, é necessário, ainda, que o agente pudesse agir de outro modo. Não havendo tal elemento, afastada está a culpabilidade. Exemplos:

- **Coação MORAL irresistível** – Ocorre quando uma pessoa coage outra a praticar determinado crime, **sob a ameaça de lhe fazer algum mal grave**.  
**Obs.:** A coação FÍSICA irresistível NÃO EXCLUI A CULPABILIDADE. A **coação FÍSICA irresistível EXCLUI O FATO TÍPICO**, por ausência de vontade (ausência de conduta).
- **Obediência hierárquica** – É o ato cometido por alguém em cumprimento a uma ordem não manifestamente ilegal proferida por um superior hierárquico.  
**Obs.:** prevalece que só se aplica aos funcionários públicos.

## **ERRO**

**ERRO DE TIPO ESSENCIAL** – O agente pratica um fato considerado típico, mas o faz por ter incidido em erro sobre algum de seus elementos. É a representação errônea da realidade. O erro de tipo pode ser:

- **Escusável** – Quando o agente não poderia conhecer, de fato, a presença do elemento do tipo. Qualquer pessoa, nas mesmas condições, cometeria o mesmo erro.
- **Inescusável** – Ocorre quando o agente incorre em erro sobre elemento essencial do tipo, mas poderia, mediante um esforço mental razoável, não ter agido desta forma.

**OBS.:** **Erro de tipo permissivo** - O erro de “tipo permissivo” é o erro sobre os pressupostos objetivos de uma causa de justificação (excludente de ilicitude).

**ERRO DE TIPO ACIDENTAL** - O erro de tipo acidental nada mais é que um erro na execução do fato criminoso ou um desvio no nexos causal da conduta com o resultado.

**ERRO DETERMINADO POR TERCEIRO** - No erro determinado (ou provocado) por terceiro o agente erra porque alguém o induz a isso. Só responde pelo delito aquele que provoca o erro (modalidade de autoria mediata).

**ERRO DE PROIBIÇÃO** - Quando o agente age acreditando que sua conduta não é ilícita, comete ERRO DE PROIBIÇÃO (art. 21 do CP). O **erro de proibição** pode ser:

- **Escusável** – Qualquer pessoa, nas mesmas condições, cometeria o mesmo erro. **Afasta a culpabilidade (agente fica isento de pena)**.



- **Inescusável** – O erro não é tão perdoável, pois era possível, mediante algum esforço, entender que se tratava de conduta penalmente ilícita. **Não afasta a culpabilidade. Há diminuição de pena de um sexto a um terço.**

**OBS.:** **Erro de proibição indireto** - ocorre quando o agente atua acreditando que existe uma causa de justificação que o ampare. **Diferença entre erro de proibição indireto e erro de tipo permissivo:**

- **Erro de tipo permissivo** – O agente atua acreditando que, no caso concreto, estão presentes os **requisitos fáticos** que caracterizam a causa de justificação e, portanto, sua conduta seria justa.
- **Erro de proibição indireto** – O agente atua acreditando que existe, EM ABSTRATO, alguma discriminante (causa de justificação) que autorize sua conduta. Trata-se de **erro sobre a existência e/ou limites de uma causa de justificação em abstrato**. Erro, portanto, sobre o ordenamento jurídico (erro normativo).

## **CONCURSO DE PESSOAS**

**Conceito** - Colaboração de dois ou mais agentes para a prática de uma infração penal.

**Teoria adotada pelo CP** – **Teoria monista temperada (ou mitigada)**: todos aqueles que participam da conduta delituosa respondem pelo mesmo crime, mas cada um na medida de sua culpabilidade. **Há exceções à teoria monista** (Ex.: aborto praticado por terceiro, com consentimento da gestante. A gestante responde pelo crime do art. 126 e o terceiro pelo crime do art. 124).

### **Espécies:**

- **EVENTUAL** – O tipo penal não exige que o fato seja praticado por mais de uma pessoa.
- **NECESSÁRIO** – O tipo penal exige que a conduta seja praticada por mais de uma pessoa.

### **Requisitos**

- Pluralidade de agentes
- Relevância causal da colaboração
- Vínculo subjetivo (ou liame subjetivo)
- Unidade de crime (ou contravenção) para todos os agentes (identidade de infração penal)
- Existência de fato punível

### **Modalidades**



**Coautoria** – Adoção do **conceito restritivo de autor (teoria restritiva)**, por meio da **teoria objetivo-formal**: autor é aquele que pratica a conduta descrita no núcleo do tipo penal. Todos os demais são partícipes.

**OBS.:** **Autoria mediata**: situação na qual alguém (autor mediato) se vale de outra pessoa como instrumento (autor imediato) para a prática de um delito. Pode ocorrer quando:

- O autor imediato age sem dolo (erro provocado por terceiro)
- O autor imediato age sem culpabilidade (Ex.: coação moral irresistível)

**Teoria do domínio do fato** – Deve ser aplicada para as hipóteses de autoria mediata. Para esta teoria, o autor seria aquele que tem poder de decisão sobre a empreitada criminosa. Pode se dar por:

- **Domínio da ação**
- **Domínio da vontade**
- **Domínio funcional do fato**

## **PARTICIPAÇÃO**

### **Espécies**

- **Moral** – O agente não ajuda materialmente na prática do crime, mas instiga ou induz alguém a praticar o crime.
- **Material** – A participação material é aquela na qual o partícipe presta auxílio ao autor, seja fornecendo objeto para a prática do crime, seja fornecendo auxílio para a fuga, etc.

**Punibilidade do partícipe** – Adoção da teoria da acessoriedade: Como a conduta do partícipe é considerada acessória em relação à conduta do autor (que é principal), o partícipe deve responder pela conduta principal (na medida de sua culpabilidade).

**OBS.:** A Doutrina majoritária defende que foi adotada a teoria da **acessoriedade limitada**, exigindo-se que o fato seja típico e ilícito para que o partícipe responda pelo crime.

**Participação de menor importância** - redução da pena de 1/6 a 1/3

**Participação inócua** - Não é punível

**Participação em crime culposo** – Controvertido. **STJ entende que não cabe participação em crime culposo.** Doutrina se divide: parte entende que cabe participação culposa em crime culposo, outra parte entende que não cabe participação nenhuma (nem culposa nem dolosa) em crime culposo.

**UNANIMIDADE: não cabe participação dolosa em crime culposo.**

## **COMUNICABILIDADE DAS CIRCUNSTÂNCIAS**

- As circunstâncias e condições de caráter pessoal não se comunicam
- As circunstâncias de caráter real, ou objetivas, se comunicam



- As elementares sempre se comunicam, sejam objetivas ou subjetivas

## **COOPERAÇÃO DOLOSAMENTE DISTINTA**

Também chamada de “participação em crime menos grave” ou “desvio subjetivo de conduta”, ocorre quando ambos os agentes decidem praticar determinado crime, mas durante a execução, um deles decide praticar outro crime, mais grave. **CONSEQUÊNCIA: agente responde pelo crime menos grave** (que quis praticar). A pena, contudo, **poderá ser aumentada até a metade**, caso tenha sido previsível a ocorrência do resultado mais grave.

## **EFEITOS DA CONDENAÇÃO**

### **Efeitos penais**

**Primário** – pena

**Secundários** – Não são a finalidade principal da condenação, mas dela decorrem:

- Reincidência
- Inscrição do nome do réu no rol dos culpados

### **Extrapenais**

**Genéricos** - Incidem sobre toda e qualquer condenação:

- Obrigação de reparar o dano
- Perda em favor da União dos instrumentos do crime (se seu porte for ilícito) e dos produtos ou proveitos do crime

**OBS.:** São automáticos

**Específicos** – Recaem apenas sobre condenações relativas a determinados crimes, e não a todos os crimes em geral.

- Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo (a) nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública – pena igual ou superior a 01 ano; b) Nos demais casos – pena superior a 04 anos.
- Incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela, nos crimes dolosos, sujeitos à pena de reclusão, cometidos contra filho, tutelado ou curatelado.
- Inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.

**OBS.:** **NÃO** são automáticos

## **CONCEITO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA FINS PENAIIS**

**Funcionário público** – Quem exerce cargo, emprego ou função pública, ainda que transitoriamente ou sem remuneração.



**Funcionário público por equiparação** - Quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública (ainda que transitoriamente ou sem remuneração).

**Causa de aumento de pena** - Aplicada àqueles que ocuparem cargos em comissão ou função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público (**aumento de 1/3**).

**OBS.:** Por falha legislativa, em relação à causa de aumento de pena, não se aplica aos funcionários de autarquias.

## **PECULATO**

**Conduta** - "Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo (**peculato-apropriação**), ou desviá-lo (**peculato-desvio**), em proveito próprio ou alheio." (art. 312 do CP).

**Peculato-furto** - Aplica-se àquele que, mesmo "não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, **valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário**." (art. 312, §1º do CP). **ATENÇÃO!** Diferença fundamental entre peculato furto e peculato (desvio ou apropriação) = No peculato-furto o agente não tem a posse da coisa.

**OBS.:** **Peculato de uso** - Discutido na doutrina e jurisprudência, mas prevalece que é IMPUNÍVEL.

**Particular pode praticar peculato? Sim**, desde que em concurso de pessoas com um funcionário público (e desde que o particular saiba que seu comparsa é funcionário público).

**Peculato culposo** - Quando o agente concorre, de maneira CULPOSA, para o peculato praticado por outra pessoa.

**OBS.:** Se o agente **reparar o dano antes de proferida a sentença irrecorrível** (ou seja, antes do trânsito em julgado), estará **extinta a punibilidade**. Caso o agente repare o dano após o trânsito em julgado, a pena será reduzida pela metade. **ISSO NÃO SE APLICA ÀS DEMAIS FORMAS DE PECULATO.**

**Peculato mediante erro de outrem** - Conduta daquele que se apropria de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem. **OBS.:** O agente não pode ter criado (dolosamente) a situação de erro (neste caso, responde por estelionato).

## **CONCUSSÃO X CORRUPÇÃO PASSIVA**

**Diferença fundamental** - Embora os tipos penais possuam a redação um pouco diferente, a diferença FUNDAMENTAL reside no fato de que:



- **Na concussão** – O agente **EXIGE** a vantagem indevida.
- **Na corrupção passiva** – O agente **SOLICITA** (ou recebe ou aceita a promessa de vantagem) a vantagem indevida.

**OBS.:** Na concussão, se o agente exige a vantagem sob a ameaça de praticar um mal grave à vítima, não relacionado às atribuições do cargo, teremos **EXTORSÃO**, e não concussão (Ex.: Policial que exige dinheiro do motorista, para não aplicar multa = **concussão**. Ex.: Policial que exige dinheiro da vítima sob a ameaça de matar o filho da vítima = **extorsão**).

**CONSUMAÇÃO – Ambos os delitos** se consumam com a mera prática da conduta (exigir, solicitar, aceitar promessa de vantagem, etc.), sendo **DISPENSÁVEL o efetivo recebimento da vantagem indevida** para que haja a consumação do delito.

**OBS.:** No crime de corrupção passiva, na modalidade de “receber vantagem indevida”, exige-se o efetivo recebimento da vantagem.

**OBS.:** Em todas as modalidades de corrupção passiva **não se exige** que o funcionário público efetivamente pratique ou deixe de praticar o ato (com infração de dever funcional) em razão da vantagem ou promessa de vantagem recebida. Caso isso ocorra, a **pena será aumentada em 1/3**.

**Corrupção passiva privilegiada** – Modalidade menos grave de corrupção passiva. Hipótese do “favor”, aquela conduta do funcionário que cede a pedidos de amigos, conhecidos ou mesmo de estranhos, ou cede à influência de alguém, para que faça ou deixe de fazer algo ao qual estava obrigado.

**CAUIDADO!** Aqui **temos um crime material** (é indispensável que o funcionário efetivamente pratique o ato com infração de dever funcional ou deixe de praticá-lo, também com infração de dever funcional).

### **Corrupção passiva privilegiada x prevaricação**

A diferença básica entre ambos reside no fato de que:

- **Na corrupção passiva privilegiada** – O agente cede a **PEDIDO ou INFLUÊNCIA** de alguém.
- **Na prevaricação** – O agente infringe o dever funcional (praticando ou deixando de praticar ato) para satisfazer **SENTIMENTO OU INTERESSE PESSOAL**.

**E a condescendência criminosa?** Semelhante à prevaricação, mas **HÁ DIFERENÇAS**. Na **condescendência criminosa** o agente (por indulgência) deixa de responsabilizar **SUBORDINADO** que praticou infração no exercício do cargo ou, caso não tenha competência, deixa de levar o fato ao conhecimento da autoridade que o tenha. É um crime parecido com a prevaricação e com a corrupção passiva privilegiada (caso haja pedido do subordinado, por exemplo), mas tem o diferencial:

- Só quem pode praticar o delito é o **superior hierárquico** (há quem defenda que o colega, sem hierarquia, também pode, mas é minoritário)
- **Por indulgência** (sentimento de pena, misericórdia, clemência)



**OBS.: Cuidado!!!** Se o agente deixa de responsabilizar o subordinado:

- **Cedendo a pedido ou influência de alguém** – pratica **corrupção passiva privilegiada**
- **Para satisfazer sentimento ou interesse pessoal (amizade, etc.)** – pratica **prevaricação**.

## **FACILITAÇÃO DE CONTRABANDO OU DESCAMINHO**

**Conduta** - Facilitar a prática de qualquer dos dois crimes (contrabando ou descaminho), seja por ação ou omissão. Só pode ser praticado pelo **funcionário que POSSUI A FUNÇÃO DE EVITAR O CONTRABANDO E O DESCAMINHO**.

**Mas e se o funcionário não tiver essa obrigação específica?** Responderá **como partícipe do crime praticado pelo particular** (contrabando ou descaminho), e não pelo crime do art. 318 do CP.

## **ADVOCACIA ADMINISTRATIVA**

**Conduta** - Patrocinar **interesse privado** perante a administração pública. O agente:

- Deve se **valer das facilidades que a sua condição de funcionário público lhe proporciona**
- Praticar a conduta **em prol de um terceiro** (majoritário)

**OBS.:** O crime se consuma ainda que o interesse patrocinado seja legítimo. Caso seja um interesse ilegítimo, teremos a forma qualificada (pena mais grave).

**Interesse legítimo** – Crime de advocacia administrativa na **forma simples**

**Interesse ilegítimo** – Crime de advocacia administrativa na **forma qualificada**.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS**

- **Todos os crimes são próprios** – Devem ser praticados por quem ostente a **condição de funcionário público**. Em alguns casos, deve ser uma condição ainda mais específica (Ex.: Superior hierárquico, no crime de condescendência criminosa).
- **Todos os crimes são dolosos** – Só há previsão de **forma culposa para o peculato** (peculato culposo, art. 312, §2º do CP).
- **Ação penal** – Para todos, pública incondicionada.
- **Particular como sujeito do delito** – É possível, em todos eles, desde que se trate de concurso de pessoas e que o particular saiba que seu comparsa é funcionário público.

## **CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL**



**Usurpação de função pública** - O agente não possui qualquer vínculo com a administração pública ou, caso possua, suas funções são absolutamente estranhas à função usurpada.

**OBS.:** É **necessário que o agente pratique atos inerentes à função**. Não basta que apenas se apresente a terceiros como funcionário público.

## **Resistência**

**Conduta** - Opor-se à execução de ato LEGAL de funcionário público (violência contra coisa não caracteriza o delito), mediante violência ou grave ameaça. O agente responde de, ainda, de maneira autônoma, pela violência ou ameaça

**OBS.:** O ato deve ser legal, ou seja, deve estar fundamentado na Lei ou em decisão judicial. Assim, **a decisão judicial injusta é considerada ato legal**.

## **Desobediência**

**Conduta** - O agente deixa de fazer algo que lhe fora determinado ou faz algo cuja abstenção lhe fora imposta mediante ordem de funcionário público competente.

➡ A tentativa só será admitida nas hipóteses de desobediência mediante atitude comissiva (ação).

**Diversas Leis Especiais preveem tipos penais que criminalizam condutas específicas de desobediência. Nesses casos, aplica-se a legislação especial**, aplicando-se este artigo do CP apenas quando não houver lei específica tipificando a conduta.

## **Desacato**

**Conduta** - Ocorre quando um particular desacata (falta de respeito, humilhação, com gestos ou palavras, vias de fato, etc.) funcionário público. **Exige-se que o ato seja praticado na presença do funcionário público**.

**ATENÇÃO!!** Não se exige que o funcionário esteja na repartição ou no horário de trabalho, mas sim que o desacato **ocorra em razão da função exercida pelo servidor**.

➡ **Tentativa** - Há divergência. Parte entende incabível pois, exigindo-se que o funcionário público esteja presente no momento do desacato, é inviável a tentativa, por se tratar de crime unissubsistente (praticado mediante um único ato). Outra parcela entende cabível a tentativa, embora de difícil caracterização.

➡ **E se o ofendido já não é mais funcionário público (demitido, exonerado, etc.)?** Neste caso, o **crime não se caracteriza**, ainda que praticado em razão da função anteriormente exercida pelo funcionário.

## **Tráfico de influência**

**Conduta** - Conduta daquele que pretende obter vantagem em face de um particular, sob o argumento de que poderá influenciar na prática de determinado ato por um servidor público. É uma espécie de "estelionato", pois o agente promete usar uma influência que não possui.



**E o particular que "contrata os serviços"?** Doutrina entende que **NÃO É SUJEITO ATIVO**, mas sujeito **PASSIVO** do delito, pois, embora sua conduta seja imoral, não é penalmente relevante, tendo sido ele também lesado pela conduta do agente, que o enganou (considerado corruptor putativo).

**OBS.:** Se **a influência do agente for REAL**, tanto ele quanto aquele que paga por ela são considerados **CORRUPTORES ATIVOS** (art. 333 do CP).

**Consumação** - Quando o agente solicita, cobra ou exige a vantagem do terceiro. Assim, **a obtenção da vantagem é mero exaurimento, sendo dispensável para a consumação do crime**. Na modalidade de "obter vantagem indevida", a obtenção é necessária.

**Causa de aumento de pena** - Quando o agente diz que parte da vantagem se destina ao funcionário público. **Aumento de metade**.

## **Corrupção ativa**

**Conduta** - Este crime pode ser cometido de duas formas diferentes (é, portanto, crime de ação múltipla): **oferecer ou prometer** vantagem indevida a funcionário público.

**Elemento subjetivo** - **DOLO**. Exige-se, ainda, a **finalidade especial de agir** consistente no objetivo de fazer com que, mediante a vantagem oferecida ou prometida, o funcionário público aja de tal ou qual maneira.

**Causa de aumento de pena** - Se em razão da vantagem oferecida ou prometida o **funcionário público age da maneira que não deveria**, a pena é **umentada de um terço**.

## **Contrabando**

**Conduta** - **Importar ou exportar mercadoria proibida**. Ou seja, a importação ou exportação da mercadoria, por si só, é vedada.

**Consumação** - O contrabando se consuma quando a mercadoria ilícita ultrapassa a barreira alfandegária, sendo liberada pelas autoridades.

**Insignificância** - **NÃO CABE APLICAÇÃO** do princípio da insignificância ao contrabando (STF e STJ).

➡ **Causa de aumento de pena** - A pena é **aplicada em dobro** se o crime é praticado em transporte **aéreo, marítimo ou fluvial**.

## **Descaminho**

**Conduta** - Ocorre quando o agente **ilude**, no todo em parte, o **pagamento de direito ou imposto** devido pela entrada, saída ou consuma da mercadoria. **Burla ao sistema tributário**.

**Consumação** - Com a liberação na alfândega, sem o pagamento dos impostos devidos. **Trata-se de crime FORMAL**.

**Insignificância** - **CABÍVEL!** O patamar é discutido na jurisprudência:



- **STF** - O entendimento é de que o patamar é de **R\$ 20.000,00**.
- **STJ** - O entendimento é de que o patamar é de **R\$ 10.000,00**.

**Extinção da punibilidade pelo pagamento?** Controvertido. **STF** - Existem **algumas decisões nesse sentido**. **STJ** - Também há decisões nesse sentido, mas vem **prevalecendo que não**.

➡ **Causa de aumento de pena** - A pena é **aplicada em dobro** se o crime é praticado em transporte **aéreo, marítimo ou fluvial**.

### **Sonegação de contribuição previdenciária**

**Conduta** - É a de suprimir ou reduzir contribuição social previdenciária ou qualquer de seus acessórios, e pode ser praticada nas três modalidades diferentes previstas nos incisos I, II e III do art. 337-A do CP.

**Crime comissivo ou omissivo?** Controvertido. A Doutrina majoritária entende tratar-se de crime omissivo. Entretanto, alguns doutrinadores entendem que se trata de crime **comissivo**, pois quando o agente deixa de lançar o tributo correto, está lançando um errado; quando omite receitas e lucros, está declarando outros, ou seja, está prestando declaração falsa.

**Consumação** - Crime é material, ou seja, é **necessária a efetiva ocorrência da obtenção da vantagem relativa à redução ou supressão da contribuição social devida**.

**Extinção da punibilidade** - Duas hipóteses:

- **Sem o pagamento** - Se **antes do início da ação do fisco** o agente **se retrata e presta as informações corretas**.
- **Com pagamento integral do tributo (inclusive acessórios)** - O pagamento poderá ocorrer mesmo depois de iniciada a ação do fisco, **mas antes do recebimento da denúncia**. **OBS.:** O STF entende que o **pagamento integral do débito, ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO** (mesmo após o julgamento), **extingue a punibilidade**, com base no art. 69 da Lei 11.941/09

### **Perdão judicial**

São **três os requisitos para o perdão judicial ou aplicação apenas da pena de multa**:

- a) Ter o agente **bons antecedentes**
- a) Ser **primário**
- b) O **valor das contribuições** não ser superior ao valor estabelecido pela Previdência Social como o mínimo ao ajuizamento de execuções fiscais

**ATENÇÃO!** Apesar de ser essa a previsão legal, o **STF entende que se o valor das contribuições sonegadas for inferior a este valor**, não há hipótese de perdão judicial ou aplicação da pena de multa, mas sim **ATIPICIDADE DA CONDUTA**, em razão do princípio da insignificância.



## **CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA**

**Conceito de funcionário público estrangeiro para fins penais** – Quem exerce cargo, emprego ou função pública em entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro, ainda que transitoriamente ou sem remuneração.

**Funcionário público estrangeiro por equiparação** – Quem exerce cargo, emprego ou função em empresas controladas, diretamente ou indiretamente, pelo Poder Público de país estrangeiro ou em organizações públicas internacionais.

### **Tópicos importantes**

**Sujeitos** – Ambos os delitos são crimes comuns (podem ser praticados por qualquer pessoa).

**Elemento subjetivo** – Em ambos casos, só se pune a forma dolosa, não havendo punição para conduta culposa. Também nos dois casos se exige a finalidade especial de agir (dolo específico).

## **DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA**

### **Denúncia caluniosa**

**Caracterização** – Quando alguém dá causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando a esta pessoa crime, sabendo que a vítima da denúncia é inocente.

**Consumação** – Crime material. É necessário que o procedimento seja instaurado (IP, processo judicial, inquérito civil, etc.) ou, pelo menos, seja iniciada a investigação. Ou seja, exige-se, pelo menos, que a autoridade tome alguma providência. Caso contrário, teremos crime tentado.

**Elemento subjetivo** – Dolo.

**Causa de aumento de pena** – A pena é aumentada de 1/6 se o agente se vale de anonimato ou nome falso.

- ➡ **Se o agente imputa contravenção, responde pelo crime?** Sim, mas a pena é diminuída de metade.

### **Comunicação falsa de crime ou contravenção**

**Caracterização** – Quando alguém provoca a ação da autoridade, comunicando crime ou contravenção que o agente SABE QUE NÃO OCORREU.

**Consumação** – Crime material. Consuma-se no momento em que a autoridade, em razão da comunicação falsa (de crime ou contravenção, tanto faz), pratica algum ato, não sendo necessária a instauração do Inquérito.

**Elemento subjetivo** – Dolo. Exige-se a finalidade especial de agir (intenção de ver a autoridade tomar alguma providência).

- ➡ **Denúncia caluniosa x Comunicação falsa de crime ou contravenção**  
– A **diferença básica** entre ambos reside no fato de que no primeiro caso o agente quer prejudicar a vítima (imputa a uma pessoa um fato que sabe que



ela não praticou). No segundo caso, o agente não imputa o fato a alguém, mas comunica falsamente a ocorrência de uma infração penal (crime ou contravenção) que sabe que não ocorreu.

### **Autoacusação falsa de crime**

**Caracterização** – Quando alguém imputa a si próprio, perante a autoridade, crime que não cometeu (seja porque o crime não ocorreu, seja porque a pessoa não participou do crime).

**OBS.:** O sujeito ativo aqui pode ser qualquer (crime comum). Contudo, **não pratica o crime quem ASSUME SOZINHO A PRÁTICA DE UM CRIME DO QUAL PARTICIPOU** (Ex.: José e Maria praticaram um roubo. José, apaixonado por Maria, assume sozinho a prática do delito).

**OBS.:** Aqui o objeto **NÃO PODE SER CONTRAVENÇÃO PENAL** (Caso o agente impute a si próprio, falsamente, a prática de contravenção penal, não pratica este crime)!

**Se o motivo for nobre (ex.: evitar a punição de um filho), ainda assim o agente responde pelo crime? Sim!**

**Consumação** - No momento em que A **AUTORIDADE TOMA CONHECIMENTO DA AUTOACUSAÇÃO FALSA**, pouco importando se toma qualquer providência.

### **Falso testemunho ou falsa perícia**

**Caracterização** – A conduta é a daquele que, atuando como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em júízo arbitral:

- Faz afirmação falsa
- Nega a verdade; ou
- Cala a verdade

**Sujeito ativo** - Somente pode ser a testemunha, o perito, o contador, o tradutor ou o intérprete. Assim, o crime é PRÓPRIO.

**OBS.:** Trata-se, ainda, de crime de mão própria, ou seja, só pode ser praticado pessoalmente pela própria pessoa que possui a qualidade (não pode ser praticado por interposta pessoa).

**Cabe concurso de pessoas?** Prevalece o seguinte entendimento:

- **No crime de falso testemunho só cabe participação** (alguém induz, instiga ou auxilia testemunha a não falar a verdade).
- No crime de **falsa perícia, cabe tanto a coautoria quanto a participação** (Ex.: perícia feita por dois peritos que, em conluio, decidem elaborar laudo falso).

**Testemunha sem compromisso de dizer a verdade (informante) comete o crime?** É divergente, mas a maioria da Doutrina entende que sim.



**Elemento subjetivo** – Dolo. Não se pune a forma culposa (Ex.: Testemunha faz afirmação falsa, mas sem intenção, porque se confundiu. Neste caso, não há crime).

**Consumação** - No momento em que o agente faz a declaração ou perícia falsa, pouco importando se dessa afirmação falsa sobrevém algum resultado.

Causas de aumento de pena – Aumenta-se a pena, de 1/6 a 1/3 se:

- Crime cometido **mediante suborno**.
- Praticado com vistas (dolo específico) a **obter prova que deva produzir efeitos em processo civil em que seja parte a administração direta ou indireta**.
- Praticado com vistas a **obter prova que deva produzir efeitos em processo criminal**.

**Extinção da punibilidade** – Será extinta a punibilidade se houver a **retratação antes da sentença** (sentença recorrível). A retratação deve ocorrer no próprio processo em que ocorreu o crime de falso testemunho.

### **Exercício arbitrário das próprias razões**

**Caracterização** – É a conduta daquele que faz justiça com as próprias mãos, com a finalidade de satisfazer pretensão legítima.

**Mas e se o agente atua em legítima defesa?** Neste caso, estamos diante de uma hipótese de autotutela (“justiça pelas próprias mãos”) permitida por lei, logo, o agente não pratica crime.

**OBS.:** É fundamental que a pretensão “legítima” do sujeito ativo, que fundamenta a conduta, seja **possível de ser obtida junto ao Poder Judiciário**, caso contrário, teremos outro crime, e não este.

**Elemento subjetivo** - Dolo, não havendo forma culposa. Se o agente pratica o ato sem saber que sua pretensão possui algum amparo legal, não comete este crime, podendo cometer, por exemplo, constrangimento ilegal ou cárcere privado (no caso do nosso exemplo).

**Consumação** - No momento em que o agente tem sua pretensão satisfeita pelas próprias mãos.

**Ação penal** – Em regra, pública, mas será privada se não houver violência. Assim:

**COM VIOLÊNCIA = PÚBLICA**

**SEM VIOLÊNCIA = PRIVADA**

### **Favorecimento pessoal e favorecimento real**

**Caracterização** – São condutas parecidas, mas que não se confundem:

- **Favorecimento pessoal** – Quando o agente ajuda (que praticou crime) alguém a “fugir” da ação da autoridade. Se o crime (praticado por quem recebem o auxílio) não é punido com reclusão, a pena é mais branda (forma privilegiada). **OBS.:** Se o agente que presta o auxílio também participou do crime, não há favorecimento pessoal (responde apenas pelo crime praticado).



- **Favorecimento real** – Aqui o agente não ajuda ninguém a fugir. Aqui o agente ajuda alguém a tornar seguro o proveito do crime (uma espécie de “ajuda para guardar a coisa”). **OBS.:** Se o agente que presta o auxílio também participou do crime, não há favorecimento real (responde apenas pelo crime praticado). **E se o agente adquire o proveito do crime?** Neste caso, responde por **receptação**.

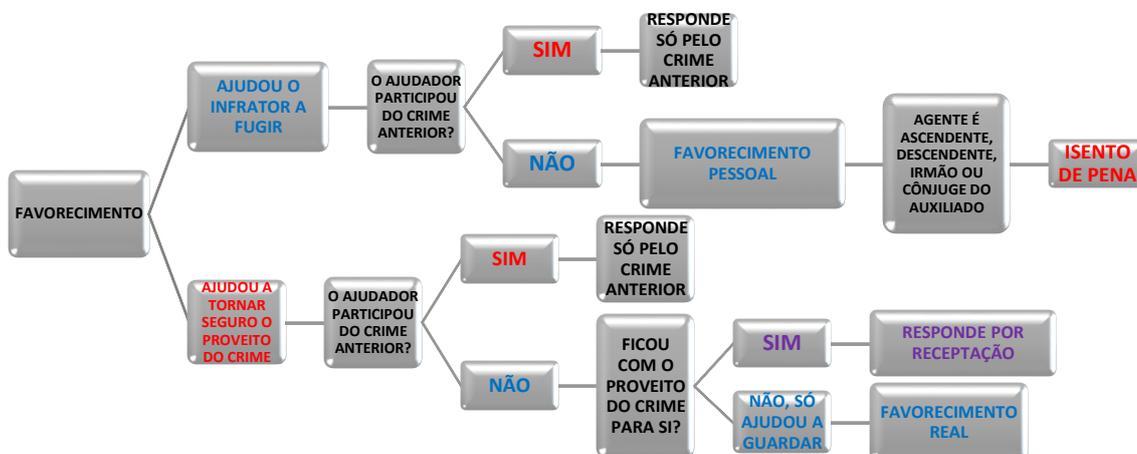
Macete:

**Favorecimento PESSOAL = PESSOA**

**Favorecimento REAL = Res (Do latim = COISA)**

- ➔ Não é necessário que o favorecedor saiba exatamente que crime acabara de cometer o favorecido, **desde que saiba ou possa imaginar que ele acaba de cometer um crime**.
- ➔ **Causa pessoal de isenção de pena (escusa absolutória) – Só se aplica ao favorecimento pessoal**. Será isento de pena o agente que praticar o favorecimento pessoal sendo **ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do favorecido**.

### Quadro esquemático



## CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

### Tópicos importantes

- ➔ Os sujeitos ativos, em todos os crimes, são **sempre funcionários públicos** (todos crimes próprios). Em alguns casos, no entanto, exige-se que seja detentor de mandato.
- ➔ Os sujeitos passivos serão sempre os entes públicos lesados pela conduta. No tipo do art. 359-H, é possível que um particular também seja lesado, sendo, portanto, sujeito passivo.
- ➔ A ação penal, em todos os casos, é **PÚBLICA INCONDICIONADA**.



- ➔ **Não se admite nenhum desses crimes na forma culposa.**
- ➔ O bem jurídico tutelado é sempre a regularidade das finanças públicas.
- ➔ Praticamente todos os crimes são de ação múltipla (**PLURINUCLEARES**).
- ➔ Nada impede que o agente pratique quaisquer destas condutas sob o pálio de uma **causa excludente de ilicitude ou culpabilidade**. Imagine, por exemplo, a ordenação de uma despesa não autorizada para socorrer vítimas de uma catástrofe natural (**calamidade pública**). Nesse caso, nada impede que se considere a conduta como praticada sob **estado de necessidade** (causa de exclusão da ilicitude, nos termos do art. 23, I do CP).

## **ABUSO DE AUTORIDADE**

**Sanções** - De natureza civil, administrativa e penal.

### **Direito de representação às autoridades**

- Apenas um meio de se comunicar a ocorrência do ato de abuso de autoridade. Natureza jurídica de *delatio criminis*.
- Não se exige capacidade postulatória (presença de advogado)
- A lei exige que a petição contendo a representação seja confeccionada em **DUAS VIAS** e, se possível, a indicação **de TRÊS TESTEMUNHAS**.

**Conceito de autoridade** – Quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.

**Sujeito ativo** – Somente pode ser a autoridade, conforme previsto na Lei. Trata-se de **crime próprio**. **OBS.:** Particular pode praticar o delito, desde que em concurso de pessoas com uma "autoridade".

**Elemento subjetivo** - O elemento subjetivo exigido **é SEMPRE O DOLO**. **Não se admite abuso de autoridade CULPOSO**.

**OBS.:** Trata-se de crime de "atentado" = A mera tentativa de restrição ou violação aos direitos elencados na Lei já consuma o delito.

### **Sanções**

- **Civis** – Relativas à reparação civil dos danos causados.
- **Administrativas** – Relativas às penalidades funcionais a serem aplicadas ao servidor público (autoridade).
- **Penais** – Relativas às penalidades mais graves, podendo consistir, inclusive, em prisão (de 10 dias a seis meses de detenção).

**OBS.:** Estas penas podem ser aplicadas de maneira autônoma (uma ou outra) ou cumulativas (todas).

### **Efeito da condenação**

**Crimes de abuso de autoridade praticados por autoridade policial** - Poderá ser cominada a pena autônoma ou acessória, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.



## **Procedimento criminal**

**Competência** – Como regra, será dos Juizados Especiais Criminais.

**Ação penal** – Ação penal pública incondicionada.

**Ação penal privada subsidiária da pública** - Caso o MP não promova a ação penal no prazo legal, o ofendido poderá ajuizar ação penal privada subsidiária da pública.

## **TORTURA**

**Previsão constitucional** – Considerada CRIME inafiançável e insuscetível de graça e anistia.

**Tipo penal** – **CRIME MATERIAL**, que se consuma com o sofrimento físico ou psíquico provocado na vítima.

Sujeitos– Crime bicomum (tanto sujeito ativo quanto passivo podem ser qualquer pessoa).

**OBS.:** Em algumas modalidades nas quais o crime pode ser praticado, sujeito ativo e passivo são próprios (Ex.: “Submeter alguém, sob sua guarda...”).

**Elemento subjetivo** - **O elemento subjetivo é o DOLO**. Exige-se, ainda, o especial fim de agir, ou seja, o chamado dolo específico, que pode consistir na intenção de obrigar a vítima a fazer ou deixar de fazer, algo, com o fim de castigá-la, etc.

**Modalidades** - Três são as modalidades pelas quais se pode praticar tortura:

- **Constranger**
- **Submeter**
- **Omitir** – Crime de tortura **impróprio (agente não atua para impedir a tortura, quando tinha o dever de evita-la)**.

**OBS.:** Este crime omissivo, também chamado de **tortura imprópria, não é equiparado a hediondo**.

**Tortura qualificada pelo resultado** - Se da tortura resulta:

- **Lesão corporal de natureza grave ou gravíssima** – Pena de reclusão de quatro a dez anos
- **Morte** - Reclusão de oito a dezesseis anos.

**Causas de aumento de pena** – Aumenta-se a pena de um sexto a um terço:

- Se o crime é cometido por agente público
- Se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 anos
- Se o crime é cometido mediante sequestro

**Efeito secundário extrapenal da condenação** – A condenação pelo crime de tortura acarreta perda do cargo, emprego ou função pública e a **interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada**.



**Vedações** – Trata-se de crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

⇒ **Cabe indulto nos crimes de tortura? Como não há vedação na lei, a maioria entende que sim**, embora haja divergência doutrinária.

**Regime inicial** - O STF declarou a **inconstitucionalidade da exigência de regime inicial fechado para os crimes hediondos**, o que se aplica também aos equiparados, como a tortura.

## **CRIMES DO ART. 1º DA LEI 8.137/90**

**Bem jurídico protegido** – A saúde fiscal do Estado.

### **Consumação**

- ⇒ **Nos crimes do art. 1º, I a IV** – Com a efetiva supressão ou redução de tributo, o que só pode ocorrer quando há o lançamento definitivo (SV 24)
- ⇒ **Crime do art. 1º, V** – Controvertido. Na Doutrina prevalece que é crime material. Na jurisprudência há julgados no sentido de ser crime material e outros afirmando tratar-se de crime formal.

**Elemento subjetivo** - **O elemento subjetivo exigido é O DOLO**, não se punindo criminalmente na forma culposa. No inciso IV permite-se tanto o dolo direto quanto o **DOLO EVENTUAL**.

**Tentativa** - A tentativa é admissível. No entanto, na conduta prevista no § único do art. 1º é **INADMISSÍVEL** a tentativa.

## **Crimes do art. 2º da Lei 8.137/90**

**Consumação** – **Não são crimes materiais, ou seja, não se exige a efetiva supressão ou redução de tributo**. Parte da Doutrina sustenta serem crimes de mera conduta, e outra parte sustenta serem crimes formais.

**Elemento subjetivo** - **DOLO**. **No inciso I, entretanto, exige-se, ainda, um ELEMENTO SUBJETIVO ESPECÍFICO** (especial fim de agir), consistente na intenção de se eximir do pagamento total ou parcial do tributo.

**Tentativa** - A tentativa só será admissível nas condutas que possam ser fracionáveis. Não cabe tentativa, por exemplo, nas modalidades omissivas.

**OBS.:** São infrações de menor potencial ofensivo (pena máxima não ultrapassa dois anos).

**OBS.:** Cabe suspensão condicional do processo (pena mínima não ultrapassa 01 ano).

## **Causas de aumento de pena relativas aos crimes dos arts. 1º e 2º**

- ⇒ Hipóteses em que a pena é aumentada de 1/3 à metade:
- ⇒ Ocasionar grave dano à coletividade
- ⇒ Ser o crime cometido por servidor público no exercício de suas funções
- ⇒ Ser o crime praticado em relação à prestação de serviços ou ao comércio de bens essenciais à vida ou à saúde



**Confissão espontânea** - Se o crime for cometido em concurso de agentes, e um dos agentes confessar o crime, revelando à autoridade a trama delituosa, terá a pena reduzida de 1/3 a 2/3

**Ação penal** - **PÚBLICA INCONDICIONADA.**

**Extinção da punibilidade** - Pode ocorrer com o PAGAMENTO INTEGRAL do tributo, contribuição social ou acessórios ANTES DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA.

**OBS.:** Para o STJ, o pagamento do tributo (ou contribuição social) e seus acessórios, a qualquer tempo, desde que antes do trânsito em julgado, gera a extinção da punibilidade.

**Parcelamento do débito** - Gera **SUSPENSÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO**, que irá ocorrer quando o agente reconhecer o débito relativo ao crime e realizar o PARCELAMENTO DA DÍVIDA (fica suspensa a prescrição durante o parcelamento).

**Princípio da insignificância** - É aplicável, quando a lesão for insignificante. Considera-se como insignificante a lesão cujo valor não exceda a:

⇒ R\$ 20.000,00 - Posição do STF

⇒ R\$ 10.000,00 - Posição do STJ

**OBS.:** Isso só se aplica aos tributos federais.

### **Crimes do art. 3º da Lei 8.137/90**

**Bem jurídico protegido** - Administração pública fazendária.

**Natureza** - Crimes FUNCIONAIS, ou seja, são praticados por funcionários públicos no exercício de suas funções. São, portanto, CRIMES PRÓPRIOS.

#### **Inciso I**

**Elemento subjetivo** - Dolo. **Exige-se, ainda, UM ESPECIAL FIM DE AGIR**, consistente na vontade de praticar a conduta com a finalidade de acarretar pagamento inexato ou indevido de tributo (esse ponto não é pacífico na Doutrina).

**Consumação** - Com a prática de uma das condutas previstas no núcleo do tipo, **SENDO NECESSÁRIA A OCORRÊNCIA DO RESULTADO** (pagamento indevido ou inexato do tributo).

**Tentativa** - A tentativa somente é admissível na modalidade de extravio e inutilização, **pois são condutas PLURISSUBSISTENTES. Na modalidade "sonegar" não se admite.**

#### **Inciso II**

Conduta - Crime especial em relação aos crimes de concussão e corrupção passiva, previstos nos arts. 316 e 317 do CP.

**Elemento subjetivo** - Dolo. **Exige-se, ainda, UM ESPECIAL FIM DE AGIR**, consistente na expressão "para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente". **Consumação**

⇒ **Modalidades de "exigir", "solicitar" e "aceitar promessa"**- Basta a solicitação, exigência ou aceitação (crime formal)



⇒ **Modalidade de "receber vantagem"** – É necessária efetiva entrega da vantagem é necessária para a consumação do delito (crime material)

### **Inciso III**

**Conduta** - Modalidade especial de **ADVOCACIA ADMINISTRATIVA** (que também é crime previsto no art. 321 do CP).

**Elemento subjetivo** – Dolo, não havendo especial fim de agir.

**Consumação** - Ocorre com a prática do ato de advocacia administrativa, sendo irrelevante se o agente alcança sucesso (crime formal)

**Tentativa** - A tentativa é possível.

## **CRIMES DA LEI DE LICITAÇÕES**

### **Sujeito ativo**

#### **Crimes próprios:**

⇒ Art. 89

⇒ Art. 91

⇒ Art. 92

⇒ Art. 96

⇒ Art. 97

⇒ Art. 98 (segunda parte: "[...]promover indevidamente a alteração, suspensão ou cancelamento de registro do inscrito").

#### **Crimes comuns:**

⇒ Art. 90

⇒ Art. 93

⇒ Art. 94

⇒ Art. 95

**Elemento subjetivo exigido** – Dolo. **Não há forma culposa** para nenhum dos delitos.

⇒ **Há necessidade de dolo específico?** Em regra, não. **Exceções:**

- **Art. 89** - O STJ vem exigindo o DOLO ESPECÍFICO, consistente na intenção de causar dano ao erário através da conduta.
- **Art. 90** – Exige-se a intenção de fraudar (dolo específico)

**Consumação** – A maioria dos delitos se consuma com a mera prática da conduta, sendo dispensável a ocorrência do resultado (crimes formais). Exceções:

- ⇒ **Art. 89** - Exige-se a comprovação da efetiva ocorrência do resultado danoso à administração pública (não é pacífico).
- ⇒ **Art. 90** - O crime NÃO SE CONSUMA com a mera prática da conduta (segunda corrente). Divergência quanto ao momento da consumação, mas prevalece que não é crime formal.



- ⇒ **Art. 92, § único** - a efetiva obtenção da vantagem é **INDISPENSÁVEL PARA A CONSUMAÇÃO DO DELITO**.
- ⇒ **Art. 98 segunda parte:** (“[...]promover indevidamente a alteração, suspensão ou cancelamento de registro do inscrito”) - Trata-se de crime material, pois o resultado (indispensável) seria a alteração, suspensão ou cancelamento do cadastro do inscrito.

**OBS.:** Em relação ao art. 96, entende-se que não é necessária, para a consumação do delito, a prova do **EFETIVO DANO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, pois o dano é considerado presumido.

**OBS.:** A tentativa é admissível em quase todos os casos. Exceções: art. 97 (caput), art. 98 (primeira parte) e art. 95 (não se admite tentativa por se tratar de crime de atentado, ou seja, a tentativa já consome o delito).

### **Pena de multa**

- ⇒ Não é calculada da forma prevista no CP
- ⇒ Quantia **PROPORCIONAL** à vantagem obtido ou potencialmente auferível pelo agente (não poderão ser inferiores a **02%** nem superiores a **05%** do valor **do CONTRATO** licitado ou celebrado com dispensa ou inexigibilidade de licitação)
- ⇒ O produto da arrecadação não se destina ao Fundo Penitenciário, mas à **FAZENDA PÚBLICA** do ente lesado.

### **Efeito da condenação**

- ⇒ Quando o infrator for um **FUNCIÓNÁRIO PÚBLICO**, em qualquer dos crimes da Lei, estarão sujeitos, ainda, **À PERDA DO CARGO, EMPREGO, FUNÇÃO OU MANDATO ELETIVO** (art. 83), **AINDA QUE OS CRIMES SEJAM APENAS TENTADOS**.

**Causa de aumento de pena** - Se o autor do crime for funcionário público **OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA** na administração direta ou indireta, a pena será **AUMENTADA EM 1/3**.